



GT 017. Antropologia das Relações Humano-Animal

Andréa Barbosa, Osório Sarandy (UFF) -
Coordenador/a, Flávio Leonel Abreu da Silveira
(UFGA) - Coordenador/a

O campo das relações humano-animal, ou Animal Studies, teria emergido na década de 1970 em meio a movimentos de proteção animal que, não obstante, remontam ao século XIX. Na verdade, os animais participam das análises antropológicas há muito tempo. Algumas análises identificaram dois paradigmas correntes: um que pode ser chamado de materialista, em busca do animal real?; e outro semiótico, pós-estruturalista ou simbólico, em busca de representações. Mais recentemente, a emergência de reflexões sobre o perspectivismo ameríndio realçou a centralidade dos animais em aspectos da vida religiosa e cosmológica de populações ameríndias, com um forte impacto nas conhecidas relações entre natureza e cultura. O presente Grupo de Trabalho pretende ser um espaço para reflexões teóricas e pesquisas empíricas acerca das relações entre animais humanos e não humanos, a partir de um viés antropológico. Serão aceitos trabalhos tanto sobre as percepções simbólicas quanto sobre relações concretas materiais entre ambos. Entre eles, destacam-se produções voltadas aos animais de estimação, de abate, de tráfico, animais da fauna silvestre brasileira ou estrangeira, caça, criações, rinhas, concursos, turismo, animais de laboratório; em meio urbano, rural ou entre populações ameríndias e mesmo fora do continente americano; relações cotidianas, científicas, religiosas, alimentares, ideológicas, morais, artísticas, legislativas, políticas públicas, saúde, entre outras possibilidades.

A Leishmaniose Visceral e a saúde única

Autoria: Adriana Leal Abreu

A Leishmaniose Visceral é considerada pela OMS a 6ª zoonose em grau de importância por sua amplitude de acometimentos e crescimento de números de casos em nível mundial. Cerca de 300.000 novos casos em âmbito mundial ao ano, conforme WHO (2012) e mesmo assim inexitem políticas públicas brasileiras para contenção da doença. No estado do Rio Grande do Sul, onde os casos iniciaram a partir de 2010, nem o diagnóstico da doença nem seu tratamento são seguramente conhecidos. No âmbito do que se designa como saúde única pela OMS, que é o tratamento conjunto e em políticas públicas inter-relacionadas de saúde humana, saúde animal e meio ambiente, o estado do Rio Grande do Sul não possui evidências que estas práticas ocorram. Existem alguns municípios como o caso de Canoas, Porto Alegre até o ano de 2017 e Viamão, por exemplo, que possuem ações isoladas de educação ambiental em parceria com escolas municipais, programas de castrações e contenção de população de animais em situação de rua, e distribuição de coleiras repelentes, além de escassas ações de governo e não estão inseridas em práticas institucionais de longo prazo, como estratégias de saúde coletiva. Segundo Oliveira, Moretti-Pires, Parente (2011), a Estratégia de Saúde da Família serviu para fortalecimento da Atenção Primária e descentralização das responsabilidades nas três esferas, objetivando alcançar maior efetividade, eficiência e qualidade das respostas aos usuários. Esperava-se também que com as equipes multidisciplinares, e com o ingresso de várias especialidades na composição destas equipes, os works preventivos e de contenção de zoonoses e outras enfermidades pudessem se intensificar. Entretanto, quando analisadas via sistema DataSUS a composição das Equipes de Saúde da Família existentes no estado do Rio Grande do Sul, sobretudo no município de Porto Alegre, não se observou a interdisciplinaridade requerida pela ideologia de saúde única. Em 2011, por meio de portaria as ESFs foram encorajadas a compor seus quadros com médicos veterinários, para que a prevenção no local de habitação das famílias pudesse ser efetiva. Observou-se a completa inexistência destas especialidades no município de Porto Alegre, sendo este escolhido por registrar casos de morte por Leishmaniose Visceral de acometidos humanos, totalizando 6 vítimas desde a primeira notificação em 2011 até o ano de 2018, mais precisamente janeiro deste ano. Com este estudo preliminar pode-se



concluir que práticas de prevenção e controle da doença ainda estão muito aquém das necessidades. Visualizou-se também que mesmo que o município de Porto Alegre tenha, mesmo que pouca, mas alguma ação de prevenção, os municípios da Região Metropolitana não agem na prevenção da doença nem em humanos, nem em animais.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

